

AUDIÊNCIA PÚBLICA – IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL E DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Petrópolis, situada na Rua Visconde de Mauá, número oitenta e nove, no Centro de Petrópolis, o vereador Yuri Moura presidiu e deu início à Audiência Pública que abordou o programa Escola Acolhedora, criado a partir de Lei Municipal de autoria do vereador Yuri Moura, que regulamenta a Lei Federal 13.935, que garante a presença do serviço social e da psicologia nas Redes de Ensino, aprovada em dois mil e dezenove. O vereador Yuri Moura explicou que Municípios e Estados passaram a ter a responsabilidade de regularizar essa lei e assim garantir a presença desses profissionais e que em Petrópolis a lei municipal foi aprovada em dois mil e vinte e um. O vereador destacou que a audiência teve como intuito debater a execução desses serviços, nessa nova perspectiva da Educação Escolar. Frisou que o objetivo não é criar uma confusão institucional nas unidades, pelo contrário, esclareceu que a regulamentação foi amplamente debatida com os conselhos profissionais e que o intuito da lei é que a escola se integre com a comunidade e que os profissionais de educação não fiquem sobrecarregados com questões sociais ou até de ordem mental. Enfatizou que uma equipe multidisciplinar, em uma perspectiva de construção de Educação, que envolve a comunidade é fundamental, principalmente por causa do impacto da pandemia e o retorno presencial não tem sido fácil para os profissionais e alunos. Finalizou a fala, dizendo que é preciso pensar em um caminho para a execução da lei. Chamou, então, para compor a mesa a Sra. Adriana de Paula, Secretária Municipal de Educação, Sr. Fernando Araújo, Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Ismael Machado Damas, representante do Conselho Regional de Psicologia, Aguinaldo Solon Santos, representante do Núcleo de Educação do Conselho Regional de Psicologia, Estado do Rio de Janeiro e do Sindicato dos Psicólogos, Sra. Rosilene Ribeiro, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis, Sra. Rita Louzente, coordenadora do Núcleo de Psicologia da Alerj e da ABEPE, Sra. Sara de Oliveira Almeida e Sra. Tamires Ferreira, representantes do Serviço Social do Rio de Janeiro, Sra. Rose Silveira, do Sindicato da Educação de Petrópolis (SEPE), Nelma de Azevedo, assistente social pós graduada em ciência política e gestão pública, Sra. Simone Almeida, assistente social e diretora na Secretaria Municipal de Assistência Social de Petrópolis e também atuante na Secretaria de Desenvolvimento do Estado,

Y. M.

Sra. Caroline Abreu, assistente social do Tribunal de Justiça e lotada na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, na Comarca de Petrópolis, Sra. Vanessa Senna, professora, psicóloga e servidora da Secretaria Municipal de Educação e há nove anos no Núcleo de Psicologia escolar da Secretaria Municipal de Educação, Sra. Paula Patuléia, do Núcleo de Psicologia da UCP, Sr. Marinaldo, representante do sindicato dos psicólogos do Estado do Rio, Sr. Alan Crist, representante do Conselho Regional de Psicologia, e Sra. Maria Aparecida, representante do sindicato do serviço social. Em seguida agradeceu aos vereadores presentes e também ao CDDH, representado por Carla Carvalho. Para iniciar os encaminhamentos convidou Rosane Borsatto, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo vereador Yuri Moura, e também ex-secretária de assistência social de Petrópolis. Rosane iniciou sua fala dizendo que esse tema é importante não só para as crianças, como para as famílias, no ensino infantil, num momento tão difícil que estamos vivendo e que dedica essa reflexão às diretoras de escola e a todos os funcionários, porque são os que sofrem com todas essas questões sociais e até de saúde mental, vivenciados com a pandemia e com o desmonte das políticas públicas, que vem se agravando trazendo consequências como a fome, e isso tudo isso chega na escola. Acredita que essa discussão vai para além dos profissionais da assistência e psicologia, é preciso chegar nas famílias, esses núcleos tão sofridos e que acabam trazendo para as escolas uma questão que para elas vai além da Educação. Em seguida Rosane iniciou uma apresentação de slides sobre a lei municipal Escola Acolhedora, número 8.316/2022, que está em consonância com a lei Federal 13.935/2019. Esclareceu que a lei municipal foi criada principalmente pela sensibilidade em função da pandemia e do que vinha acontecendo nas escolas. O primeiro slide explicava que o programa surgiu em um cenário com impactos negativos da pandemia de COVID 19 no âmbito do ensino público municipal e que segundo pesquisa realizada pela Nova Escola, setenta e dois por cento dos educadores tiveram a saúde mental afetada durante a pandemia. De acordo com o levantamento, ansiedade, estresse e depressão foram os maiores distúrbios listados pelos professores, assistentes e coordenadores pedagógicos. O segundo slide informava que quanto aos estudantes, pesquisa mais recente do Instituto Data Folha, mostrou que o percentual de alunos sem motivação para estudar saiu de quarenta e seis por cento em maio e chegou a cinquenta e quatro por cento em dezembro de 2020 e que a dificuldade em se organizar para estudar em casa também aumentou, de cinquenta e oito por cento, para sessenta e oito por cento no mesmo período. Segundo pesquisa do mesmo Instituto em novembro de



2020, oitenta e um por cento dos pais de São Paulo e oitenta e três por cento dos pais do Rio de Janeiro, o rendimento escolar dos filhos piorou em 2020. No terceiro slide foram apresentados os objetivos do programa, que são: assegurar a saúde mental dos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino, através de acompanhamento de profissional do Serviço Social; identificar e sanar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com menor rendimento escolar durante o período da pandemia; atenuar os déficits de aprendizagem decorrentes dos impactos da pandemia do coronavírus, na rede de ensino municipal; evitar queda de desempenho dos alunos. No slide seguinte explicou que para cumprir os objetivos o Município deverá realizar as seguintes ações: avaliar o cenário de saúde mental dos alunos e professores da rede pública municipal de ensino, mapear os alunos com menos rendimento escolar, baseado nas provas aplicadas ou na percepção dos professores da educação municipal; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com menor rendimento escolar durante a pandemia; oferecer serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades levantadas, por meio de equipes multiprofissionais, prover de infraestrutura e recursos necessários, os profissionais de educação municipal, os psicólogos e os assistentes sociais, bem como os alunos identificados com baixo rendimento escolar. Na apresentação foi destacado o parágrafo único da lei que diz que: as equipes multiprofissionais, que contarão, no mínimo, com pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. Prosseguiu explicando sobre a lei federal 13.935 de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Segundo a lei, equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de aprendizagem. Rosana fez questão de destacar as instituições que estão há mais de uma década lutando pela aprovação dessa legislação e citou as seguintes: Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em serviço social, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Regional de Psicologia, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, Associação Brasileira de Ensino e Psicologia, Federação Nacional de Psicologia. Após essas citações contou um pouco do histórico da lei federal que em duas décadas de tramitação entre arquivamentos e desarquivamentos, audiências públicas na Câmara e no Senado, aprovação em várias comissões das duas casas, foi aprovado em doze de setembro de 2019 e agora é a Lei 13.935. Enfatizou que não se



pode esquecer que em nove de outubro de 2019 o PL foi vetado pela presidência da República, em mais uma tentativa de retrocesso na Educação, mas que em 27/11/2019 o veto foi rejeitado pelo Congresso e finalmente aprovada em 11/12/2019 e é sobre essa lei a discussão de hoje, a regulamentação para que a lei possa de fato ser cumprida, implementada e o Município possa ter esse programa. Destacou que a audiência é uma oportunidade para tirar dúvidas de como será esse serviço, da diferença desses papéis dos profissionais na escola e nos Cras. Enfatizou que os convidados de hoje são pessoas que atuam na área e participaram das discussões. O vereador Yuri Moura agradeceu a Rosane e destacou que a lei federal aponta a colocação desses profissionais na Rede, mas não delega para as unidades. Agradeceu também a Sra. Vanessa Senna, por ter alertado sobre esse assunto e também à todas as equipes do Núcleo sobre essa demanda de fortalecer o Núcleo escolar à luz da lei federal. Disse que o objetivo hoje é trazer essa lei para uma perspectiva de programa municipal, a partir da lei de sua autoria, numa futura regulamentação, da metodologia e de toda a organização que exige e que a própria Rede vai dar. Informou que todas as Redes tinham um ano para executar, o que ficou comprometido com a pandemia, mas com o retorno presencial esse seria o momento para discutir como fazer. Passou então a palavra para a Sra. Adriana de Paula, secretária municipal de educação, que lembrou que a discussão da psicologia escolar em Petrópolis começou em 2013 na gestão de Rosilene, muito antes da lei federal, e que há muitos anos se discute a questão das equipes multidisciplinares e que a Educação tem uma demanda enorme por esses profissionais e todas essas questões inerentes à psicologia e ao serviço social eclodem no chão da escola, surgem no dia-a-dia com os profissionais da Educação que acabam precisando ir muito além das suas atribuições. Contou que em 2013 a professora Rosilene criou o Núcleo de Psicologia escolar no município e avançou esse processo, mas que há ainda muito o que discutir, é um desafio implementar, é uma necessidade urgente e destacou que a pandemia trouxe tudo isso mais à tona e nesse pós-pandemia, que destacou entre aspas, porque a pandemia ainda não acabou, e que o isolamento trouxe questões que agora explodem nas escolas, de forma mais gritante do que antes da pandemia. Disse que tem observado o quanto esse retorno trouxe de questões psicossociais e que carecem de uma atuação de fato multidisciplinar porque nos dois anos de ensino remoto, com todos os seus prejuízos e dificuldades que a Educação enfrentou em relação a isso, os professores desenvolveram uma série de problemas socioemocionais que a sociedade com um todo está vivendo e os alunos não fogem disso, nem a família. E por isso o trabalho de psicologia é

Y-M

fundamental. Informou que o Núcleo vem sendo ampliada esse ano porque sentiu essa necessidade e que muito ainda precisa ser feito no tocante à assistência social e que hoje será uma oportunidade para fazer propostas que possam ser consolidadas para atender todas essas demandas. O vereador Yuri Moura passou a palavra para o secretário municipal de assistência social, Fernando Araújo que iniciou a fala destacando que se o Congresso teve a sensibilidade de rejeitar o veto é sinal de que o projeto é muito bom e que a prática do governo federal é de desmonte das políticas públicas. Acredita que quanto mais assistentes e psicólogos, melhor, e que esse é um projeto que vem somar aos projetos de assistência do Município. Disse que é visível os efeitos da pandemia e reconhece a necessidade de acolher os alunos e os profissionais da Educação. Disse que a secretaria tem um número reduzido de assistentes sociais e psicólogos e percebe a carência desse atendimento em Petrópolis. Em seguida, o vereador Yuri Moura chamou, a Sra. Nelma Azevedo, que de forma remota, disse que tem participado das discussões sobre a inserção do psicólogo na escola e afirmou que as equipes multidisciplinares são fundamentais para a gestão de qualquer política pública, não só na Educação, mas em saúde e outros. Acredita que essa integração de saberes tende a facilitar os objetivos que cada política define. E a participação do assistente social e do psicólogo nesses espaços escolares é fundamental para dar conta das inúmeras variáveis que vem compondo o cenário da Educação no Brasil, nos Estados e Municípios e que a questão da defasagem, da evasão escolar, da violência, do uso abusivo de drogas, todas essas variáveis compõem esse cenário da Educação que não são tarefas, atribuições dos educadores. Informou que não teve tempo de ler o projeto do vereador Yuri, mas entende que da perspectiva da regulamentação dessa lei devem ser incorporadas às demandas locais porque embora existam dificuldades comuns, os municípios têm demandas diferenciadas. Informou que no Estado, já em função de algumas discussões conseguiu apresentar duas propostas legislativas e uma é sobre a busca ativa na escola, feita ainda precariamente por um projeto da Secretaria Estadual, mas que se percebeu que era necessário formalizar e dar ao Estado essa atribuição da busca ativa por alunos que evadiram por diferentes razões, não só de saúde mental, mas de problemas socioeconômicos efetivos. Acredita que essa busca não pode significar apenas um incentivo ao retorno, sem considerar o cenário impeditivo dessa criança, no ensino regular. É preciso contar com profissionais que identifiquem as causas porque se sabe que há questões estruturais e que os educadores não dão conta. Enfatizou que é preciso que esse profissional junto com o psicólogo seja capaz de identificar essas variáveis que



compõem o cenário impeditivo dos resultados que se pretende na Educação, dificuldades das crianças e do seu contexto familiar, para que possam ser trabalhados e articulados nas Redes de Assistência Social. Frisou que esses profissionais precisam ser concursados e devem estar muito mais próximos das famílias dos alunos. Em seguida, o vereador Yuri Moura esclareceu que o projeto já foi aprovado e sancionado pelo Prefeito Rubens Bomtempo. Concordou com a fala de Nelma sobre a articulação das Redes e é isso que quer que saia da audiência, a regulamentação com arcabouço técnico, para construir com o Executivo, para que a lei possa ser executada. Convidou então a Sra. Rita Louzada, que, de forma remota, falou que a lei federal tramitou por muito tempo até ser aprovada, explicou que no primeiro parágrafo do artigo primeiro da lei define que “as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais” e que no segundo parágrafo “o trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino”. Sintetizou que a proposta da lei é que equipes de psicólogos e assistentes sociais deverão participar das redes do ensino público a partir das políticas educacionais pautadas e com apoio dos grupos que estão nas escolas e que constituem os processos formais da escola em cada unidade federativa, estadual e municipal. Disse que é preciso pensar na contribuição desses profissionais que irão enfrentar os desafios que temos. Informou que foi produzido um material de orientação para ambas as categorias, com os três princípios da regulamentação da lei, que são: criar os cargos de psicólogo e assistente social; promover a lotação desses cargos na Secretaria de Educação e admitir esses profissionais por concurso público. Finalizou a fala destacando que esses profissionais não serão solucionadores de problemas educacionais, mas devem ser somados a esse trabalho na busca e proposição de caminhos. O vereador Yuri Moura comentou que já havia 270 acessos na plataforma E-Democracia, com interações, e citou o comentário do CDDH de que é preciso unir esforços para que a regulamentação seja breve. Leu o comentário de Vera Cristina Soares que disse ver nas escolas públicas e municipais uma grande demanda de problemas trazidos de casa à equipe pedagógica que não tem preparo algum nem tempo para atender a família. O vereador Yuri Moura também comentou que o que acontece é um misto de delegar algo ao profissional de Educação, para o qual não foi capacitado, e também uma desarticulação do que entendemos como uma equipe



multiprofissional. Passou a palavra para Marinaldo Silva Santos, do sindicato dos psicólogos, e que salientou a importância do concurso público. Disse que trabalha na Rede do Rio de Janeiro, em um programa chamado PROINAPE, onde há profissionais concursados, e que é preciso ter o profissional fixado para o desenvolvimento do trabalho. Enfatizou que não se pode ter rotatividade desses trabalhadores, porque trabalham vinculados à formação de jovens, ao apoio dos professores e demais funcionários, com muitas dificuldades, não só emocionais, mas com problemas para se apresentar e desenvolver o trabalho. E frisou que o psicólogo não faz clínica na escola e que é preciso formar uma Rede para poder dar conta das necessidades dos alunos. Acha que Rita foi feliz na fala quando colocou psicólogos e assistentes não farão mágica. Esclareceu que o trabalho é feito com afinco, disposição, dedicação e muita formação, muita leitura. É um trabalho que embora no município do Rio já exista há 15 anos, nas Universidades ainda não se está desenvolvendo a psicologia escolar como deveria porque agora passou a ser política pública e isso muda a demanda. Acredita que o serviço social esteja na mesma condição. Questionou como o trabalho poderá ser feito se os profissionais não estiverem fixados na Educação, como servidores e afirmou que o concurso público é o melhor caminho para isso, mas tem que ser com remuneração digna, condizente, para que os profissionais possam atuar de uma maneira mais tranquila, com vínculo permanente. Disse que o trabalho do psicólogo na escola é apaixonante, mas desgastante porque lida com relações cristalizadas e precisa observar porque o aluno não aprende e nem sempre é culpa do aluno, mas das questões sociais que são um grande indutor das dificuldades de aprendizagem. Destacou também a importância da forma como o aluno é recebido e tratado na escola, que isso faz toda a diferença. Por isso reforçou a importância do concurso para que o profissional seja valorizado. Informou que participou recentemente da Convenção Nacional Popular da Educação e que essa questão foi colocada em pauta pelos educadores: remuneração e valorização profissional. Afirmou que a permanência do profissional na escola pode contribuir para a formação e também para evitar que se leve para a Saúde alunos que poderiam ter seu problema minimizado através desse trabalho coletivo na escola, que abre possibilidades de trabalhar os potenciais das pessoas envolvidas naquele território. Destacou que um diferencial dessa lei federal é que o profissional não é lotado na escola, mas na Rede, porque assim pode-se trabalhar as relações institucionais. Enfatizou que é preciso ter condições de trabalho, salário condizente com a formação e que esses profissionais agora estão no FUNDEB,



o que significa que há verbas para isso, o Município pode complementar com essas verbas. Explicou que foram destinadas trinta por cento do FUNDEB para essas categorias. Não chegou a 100 porque a LDB não os considera profissionais de Educação. Finalizou a fala, reivindicando o concurso público. O vereador Yuri Moura ressaltou que o concurso público impacta na carreira desses profissionais, por isso a sua importância, e que já foi anunciado o concurso público da Secretaria Municipal de Educação, e que será uma oportunidade para garantir esses profissionais em Petrópolis. Passou a palavra para o Sr. Alan Crist, psicólogo, orientador educacional concursado de Maricá, colaborador do Núcleo de Educação do Conselho Regional de Psicologia e Diretor do sindicato dos psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, que, de forma remota, reforçou dois pontos da legislação: primeiro todo o histórico da lei. Disse que foram vinte anos de tramitação e que o evento da pandemia colocou em foco uma série de questões como adoecimento psíquico, suicídio, bullying, agravamentos de ansiedade, transtornos, e que são demandas muito mais antigas. Lembrou que o projeto surgiu há vinte anos a partir de discussões que vinha da necessidade percebida há 40 anos de ampliar os olhares das equipes de Educação. Ressaltou que essa demanda foi muito defendida pelos profissionais da Educação, que acompanhou todo esse movimento, para que pudessem fazer parte das equipes das Redes de Educação. A lei determinava que a implantação fosse em um ano, mas já se passaram três anos e ainda há morosidade e dificuldades de implementá-la. Frisou que é preciso valorizar esse histórico e que se tivesse sido aprovada com maior rapidez, já teríamos atuado no cenário pandêmico, com essa composição de equipes. Reforçou que é preciso dar maior celeridade a esse processo. O segundo ponto que destacou foi o papel da psicologia na Educação e que é importante entender que há vários ramos de atuação do psicólogo, e as pessoas comumente entendem que o psicólogo é o que faz clínica e essa não é sua realidade na escola, que é outro viés, é preciso fazer um estudo nesse processo de implementação para cumprir o que está na lei. Explicou que o psicólogo vai atuar na intervenção sináptica, fazendo intervenções, trabalhando o projeto político pedagógico, as temáticas transversais, enfrentando questões como o preconceito, o bullying, colaborando com os profissionais de Educação e articulando com a Rede, o desenvolvimento do sujeito como um todo, incluindo questões socioeconômicas. Finalizou destacando a importância do psicólogo trabalhar as questões da Rede, de estudar o papel desse profissional dentro da Rede e contratar por concurso público. Em seguida a Sra. Vanessa Senna do Núcleo de psicologia escolar

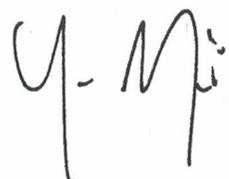


da Secretaria Municipal de Educação, disse que essa lei é um marco para a psicologia. Informou que está há nove anos na Rede e com a regulamentação da lei, a secretaria não vai participar de um início zerado, muita coisa já foi feita, desmistificada e hoje a Rede entende que o psicólogo escolar não faz clínica. Ressaltou que todas as variáveis que observamos na pandemia e na tragédia em Petrópolis, indica que estamos em um momento crítico das questões emocionais e sociais e que isso reverbera na escola de forma significativa e que por isso, promoção e prevenção da saúde mental estão sendo priorizados na Secretaria de Educação e estão sendo realizadas formações para alunos, professores e funcionários, que esse cuidado já vem acontecendo e que agora é preciso amplificar porque a demanda é muito grande, o cenário é difícil, há muita violência. Destacou que a convivência no espaço escolar está difícil entre alunos, professores e funcionários, que as pessoas vieram da pandemia de uma forma muito acuada. Informou que já está procurando projetos, programas que facilitem essa interação dentro da escola e que o clima emocional da escola está sendo priorizado. Disse que o Núcleo da psicologia tem sido um grande apoio e é parte de um trabalho que já estava sendo realizado. Esclareceu que a secretaria tem o projeto "Escola que acolhe e cuida" fundamentado na humanização do atendimento no ambiente escolar, que faz campanhas de combate ao bullying. Terminou agradecendo à sensibilidade do vereador Yuri Moura ao abraçar esta causa e ressaltou que a sociedade está doente e que precisa desse olhar. O vereador Yuri Moura reforçou o compromisso de fazer o debate para que na reforma administrativa o Núcleo passe a se tornar um departamento porque não faz sentido estar dentro de um departamento da Educação Inclusiva, e com a regulamentação será preciso estrutura e concurso público. Passou a palavra para Paula Patuléia, do Núcleo de Psicologia da UCP, professora há 17 anos, que passou por várias equipes gestoras e hoje atua na psicologia escolar. Disse que o município já tem essa preocupação, mas que é preciso ampliar e que a audiência é um passo para avançarmos. Em seguida o vereador Yuri Moura leu os comentários de participantes da plataforma. Elaine Bento destacou a importância da escuta durante todo o processo e que é fundamental a participação dos docentes no processo de regulamentação. Simone Gall disse que esses serviços são necessários para se compreender este novo modelo social. Já Luziana Rodrigues, psicóloga, parabeniza a organização da audiência e disse que é fundamental a participação desses profissionais. Chamou então a Sra. Rose Silveira, do Sepe, que de forma remota destacou que na Educação os profissionais estão muito sozinhos, embora exista o

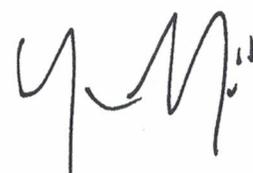
núcleo de psicologia, mas com um número muito reduzido de pessoas trabalhando e um número muito grande de escolas e alunos. Ressaltou que há urgência de um concurso público para a contratação desses profissionais. Mas que para colocar na prática tem que criar os cargos, o Governo municipal tem que enviar o projeto de criação de cargos para a Câmara e do concurso público e que é preciso modificar o PCCS (Plano de Cargos e Carreira dos servidores) e incluir esses cargos com todas as suas atribuições de carreira, remuneração, progressão e formação. Destacou que é preciso respeitar o piso nacional e que o município precisa reconhecer que não tem profissionais suficientes na Rede, hoje com cerca de quarenta mil pessoas, entre alunos, professores e funcionários. Salientou que o que for definido na audiência deve ser levado ao Conselho Municipal de Educação, que é a instância para discutir e deliberar sobre esta regulamentação. Logo em seguida o vereador Domingos Protetor parabenizou a audiência e destacou que é fundamental o plano de carreira, com mais pessoas preparadas e que a pandemia trouxe várias situações e a Escola Acolhedora tem que ir para a prática, que é preciso cobrar da Prefeitura para que aconteça de forma rápida. Enfatizou que a assistência social é super importante porque às vezes vê famílias que estão fora da escola por questões sociais e que é preciso trazê-las de volta. O vereador Yuri Moura lembrou que o vereador Domingos Protetor faz parte da Comissão de Educação da Câmara, a qual preside, e agradeceu a participação. Acrescentou que a cidade ainda teve o agravamento com a tragédia, que ainda possui marcas, ainda há famílias sendo acolhidas, tentando superar esse processo e numa Rede de ensino é fundamental entender que desses 45 mil que fazem parte da Rede, muitos foram atingidos direta ou indiretamente por este processo, por isso também a urgência dessa regulamentação. O secretário Fernando Araújo complementou a fala do vereador Domingos Protetor, dizendo que se registre que nos últimos 10 anos Petrópolis não teve concurso público e a própria secretaria de assistência social tem apenas seis assistentes e quatorze funcionários e a maioria por contratos RPA ou celetistas. Ressaltou que é importante garantir o concurso público para que não haja o rompimento do vínculo a cada quatro anos e informou que o prefeito já se sensibilizou para fazer o concurso. O vereador Yuri Moura destacou que esse é outro problema estrutural de Petrópolis, as contratações sem concurso, que muitas vezes são contratados apenas por indicação política, sem se preocupar com os profissionais. Chamou então as Sras. Sara e Tamires, representantes do CREAS Celina Ramos. Tamires agradeceu a participação e disse que trouxe uma nota reflexiva construída por



colegas da categoria e do Núcleo Petrópolis. Sara Disse que esse debate é muito importante na conjuntura atual, que a presença desses profissionais nas escolas é fundamental, e leu a seguinte nota: “Nós, assistentes sociais somos os profissionais cuja formação nos habilita para atuar nas diferentes políticas sociais cujo trabalho no campo da Educação brasileira é histórico remontando aos anos 1930, sendo ~~contado~~ aprofundado e sensibilizado a partir da década de 1990, com a materialização do nosso projeto ético político no código de ética profissional de 1993 e com a criação das comissões temáticas de Educação nos Conselhos Regionais de Serviço Social. Em 2001 foi criado no âmbito do Conselho Federal o grupo de estudos que construiu o documento “Serviço Social na Educação” contribuindo com as discussões nacionais sobre educação pública como um direito social em todos os níveis, afirmando o compromisso do exercício profissional de assistente social mais voltado à garantia e qualidade do acesso a esse direito para crianças, jovens, adolescentes e adultos. Temos desde então enquanto conjunto, CES, CREAS, ações políticas e movimentos sociais democráticos, que apontam uma educação pública gratuita, laica, de qualidade, antirracista e socialmente referenciada, sempre balizada pela convicção de que a inclusão do serviço social no âmbito escolar é totalmente pertinente, tanto por estar em acordo com as atribuições e competências que compõem o exercício profissional quanto atender os anseios populares, democratização dos serviços sociais nos espaços da Educação. Desse modo a participação do CRES-RJ representado pelas assistentes sociais articuladores do NUCRES Celina Ramos nessa audiência se faz em nível mais amplo pelo fortalecimento nacional da inserção de assistentes sociais com a implementação da lei 13.935/1, uma legislação federal que luta pela reinvidicação das entidades representativas do serviço social e psicologia, que foi incluída no FUNDEB, através da lei 14.113/20, passando a ser sua principal fonte de custeio. Nessa direção, um novo desafio a ser enfrentado com a lei é a criação de cargos destinados aos assistentes sociais, psicólogos e psicólogas para o efetivo cumprimento da lei federal em nível regional. Com vistas a esse fim, os conselhos regionais junto com outras instâncias representativas têm promovido articulações políticas com os poderes executivos locais para a criação de cargos, definição de lotações e atribuições em conformidade com os princípios éticos, políticos e diretrizes legais que regem as nossas profissões, como por exemplo, a garantia da carga horária de 30 horas afiançada por lei para o assistente social. Temos entendido no Estado do Rio de Janeiro a massiva chamada de assistentes sociais para atuação no projeto “Mulheres



apoiando a Educação” no âmbito da Secretaria Estadual de como um passo importante, porém chamamos atenção nessa audiência para a necessidade de ultrapassar experiências de contratação temporária e precarizada para que o trabalho do assistente social e psicólogos na escola com concursados estejam em consonância com as necessidades da política de Educação Pública, ou seja, o acesso a esses profissionais com um direito social garantido institucionalmente à população do Município de Petrópolis. Reafirmamos aqui a posição do Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro pela realização de concursos públicos que assegurem a continuidade do trabalho para além de iniciativas de Governo, ou seja, como uma política pública de Estado. Considerando, esta é uma ação estratégica na defesa do direito da criança e adolescente no acesso e permanência em uma educação pública gratuita, laica, democrática, antirracista e de qualidade. Particularmente num cenário de crise societária, agravada pela pandemia de Covid 19, compreendemos que a crise sanitária ocasionada pela pandemia Covid 19 ampliou as crises políticas e sociais e econômicas. Assim, como outro importante desafio é lidar com as inflexões e precarizações da política de assistência de trabalhadores e trabalhadoras nesse contexto e com os desdobramentos desse trabalho numa perspectiva de pós pandemia. Nesse sentido atenção a evasão e frequência são frentes importantes de acesso em que tem sido inseridos os assistentes sociais na Educação precisam também ser veiculadas à participação das violências contra crianças e adolescentes no período de confinamento e no retorno às aulas. Tendo como base a falta de inclusão, da diversidade no ambiente escolar como princípio inegociável no cenário de forte retratação de direitos que vivemos no país, a articulação do trabalho de assistente social, psicólogos e psicólogas e professores e professoras nas equipes escolares é mais necessária do que nunca, particularmente com as consequências da pandemia que impactam diretamente crianças e adolescentes na Educação Básica, agravando a precarização estrutural das condições desses estudantes e de seus familiares nas unidades escolares. Diante do exposto, finalizamos ao público que nos assiste, que o investimento de recursos públicos da política de Educação pública não é custo, é democratização da riqueza socialmente construída.” O vereador Yuri Moura aplaudiu e agradeceu a contribuição. A Sra. Nelma disse que queria tranquilizá-las e que conhece o projeto que está sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual e concorda que existe uma precarização, mas que já existe uma indicação legislativa sobre o tema e que já foi encaminhada ao Governador para que se possa considerar o assistente



social no cenário escolar, através de concurso público. Ratificou a fala e disse que é fundamental que a inserção desses profissionais seja feita de forma não precarizada, para dar segurança a esse trabalhador, considerando a lei federal. O vereador Yuri Moura, chamou Rosilene Ribeiro, psicóloga e mestre pela UCP -Universidade Católica de Petrópolis, instituição que representou na audiência. Informou que o curso da UCP existe há 46 anos, já formou 1.400 profissionais e mantém desde a sua criação a ênfase em projetos educativos de promoção, prevenção e formação em Educação. Acredita que essa legislação representa um avanço e considera que ainda existe um atraso na implementação dessas políticas públicas. Ressalta que a Educação acontece em vários espaços e a escola é um de humanização, de emancipação do sujeito e sensibilização. Essas profissões têm muito a contribuir, mas que a discussão tem que ser ampliada, que é preciso uma articulação entre as Redes pública, privada e acadêmica, para que a prática da psicologia no âmbito escolar municipal, estadual não se faça por achismo, mas sim, através de parcerias, de estudos, de pesquisa. Informou que a Rede municipal já tem uma parceria com a UCP para a prática de estágio supervisionado. Ressaltou a importância da formação dos profissionais em Instituições que privilegiem à informação com qualidade e que assegurem nos projetos pedagógicos de ensino superior as ênfases voltadas aos processos educativos. Destacou a importância da garantia da formação continuada porque só o concurso não vai dar conta e que o profissional precisa estar em permanente atualização. O vereador Yuri Moura explicou que foi a Sra. Rosilene quem, entre 2013 e 2019, instituiu o Núcleo de Psicologia no Município e informou que já havia 450 pessoas na plataforma E-Democracia. Passou a palavra para Ismael Damas, do Núcleo Petrópolis do CRP que disse estar feliz ao reencontrar profissionais que foram importantes para sua carreira. Acredita que é importante a inclusão desses profissionais somados às equipes multiprofissionais, porque isso impacta diretamente no processo de ensino aprendizagem e que os psicólogos dispõem de conhecimento para atuar no âmbito escolar, incluindo família e comunidade. Salientou que a pandemia evidenciou a importância desses profissionais e que enquanto direito, a Educação precisa de recursos sólidos do Estado para garantir a manutenção do profissional. Reforçou a necessidade da realização do concurso público para gerar segurança e contribuir para estratégias de aprendizagem, que garantam uma política plural e inclusiva, diminuindo as diferenças, desigualdades e dificuldades. Lembrou que esses profissionais também podem trabalhar em formação continuada dos professores, discutindo questões que

Y.M.

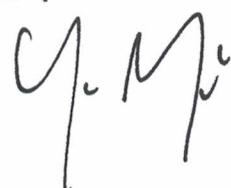
afetam o ambiente escolar e o entorno da escola. Enfatizou que esses profissionais contribuem para a efetivação de direitos às políticas públicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da igualdade racial, das pessoas com deficiência, entre outros. Ressaltou que a escola é antes de tudo onde se forma o cidadão e que pelo que está acontecendo no nosso país, esses profissionais podem contribuir para a transformação do cidadão consciente. O vereador Yuri Moura destacou que neste momento de negação à ciência, as escolas e o envolvimento delas com a comunidade, é uma esperança e que é fundamental ter essa percepção, para dar uma resposta ao que tem acontecido no país e que chega às nossas escolas e comunidades. Passou a palavra para Caroline Abreu, que informou que está há 18 anos no espaço social jurídico, onde atende na Vara da Infância, e disse que a escola é o segundo espaço de sociabilidade e que a família é o primeiro e que muitas vezes é na escola que são identificadas situações de vulnerabilidade ou violência familiar. Comentou que em Petrópolis, por causa da tragédia, ainda há crianças que não retornaram à escola. Acredita que o assistente social deve trabalhar na promoção da prevenção e que para driblar a política punitivista é preciso uma boa parceria com o Executivo e com outras instituições como os CRAS, o SUS, os PSFS, UBS e escolas. Reforçou que a criança tem que estar na escola e que o seu desenvolvimento tem que ser pensado na integralidade e para dar tranquilidade aos pais para exercer algum tipo de ofício que garanta comida na mesa, para além dos programas de transferência de renda, que destacou que estão sendo usados de forma eleitoreira. Enfatizou que só haverá preocupação com os sujeitos como um todo se tiver profissionais, não apenas políticos pensando nas questões sociais que afetam a vida dos sujeitos, e que a assistência social é um dos espaços onde o assistente social pode atuar, mas que também pode estar presente em outros espaços, como o jurídico e o SUS. Ressaltou que há um atraso na inserção e que está ansiosa para as trocas na construção da política pública que atingem diretamente às famílias. Acredita que se tiver um trabalho firme com a psicologia e a assistência social, haverá menos processos, menos tendência a judicializar a vida dos sujeitos. Afirmou que não é preciso essa judicialização da forma exacerbada que está acontecendo e que se trabalhar prevenção, haverá menos bullying, suicídio e outros problemas, e que é preciso construir um espaço seguro de atenção profissional. Salientou que os profissionais são assalariados e o engajamento tende a ser proporcional conforme o vínculo e que é preciso romper com a precarização. Comentou que há colegas que entraram na Justiça porque o pagamento é por laudo



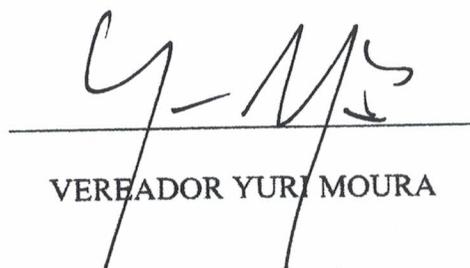
pericial apresentado. Finalizou a fala dizendo que é importante a inserção com direitos para a qualidade dos serviços. O vereador Yuri Moura informou que concederá a Sra. Caroline o título de cidadã petropolitana. Destacou a importância da fala de Caroline sobre a judicialização, do adoecimento das relações como um todo, e de como esses profissionais podem colaborar para minimizar essa judicialização porque a escola não pode ser tratada como o lugar das grandes soluções, não é a escola que produz as crises, os problemas sociais é que chegam até ela. Agradeceu a fala de Caroline e chamou Maria Aparecida, representante do SASERJ, que de forma remota, informou que atuou na área durante 30 anos como concursada na secretaria estadual de assistência do Rio de Janeiro e que no sindicato acompanha muito de perto sobre essa importante lei de inclusão dos assistentes sociais e dos psicólogos nas escolas e que acredita em uma Educação Inclusiva e cidadã e não uma Educação que se faça sozinha porque a escola reflete problemas que vivemos na sociedade. Destacou que através de um trabalho intersetorial nas escolas e nas Redes com diferentes saberes, incluindo, por exemplo, a Justiça, a Saúde, para buscar soluções para problemas tão complexos. Ressaltou que é preciso uma Educação mais proativa principalmente com as crianças de escolas públicas. Disse que concorda com todos na questão da precarização e que é uma realidade que não acontece apenas na Educação, mas também na Saúde, se percebe o rodízio de profissionais, o que é ruim para a população. Disse que é preciso ter esse vínculo de confiança entre o profissional e a família para um trabalho de qualidade e que é importante não apenas garantir o concurso público, mas como também condições de trabalho para esses profissionais. Citou que nos CRAS do Rio de Janeiro o profissional não tem as condições adequadas para o sigilo que o código de ética determina. Disse que chama atenção no projeto a supervisão técnica e acredita que a pluralidade dentro da escola é muito importante e que a presença desses profissionais na escola é um avanço, embora chegue tarde. O vereador Yuri Moura citou os comentários de Rovena Lopes, informando que o curso da UNIFASE está à disposição nesse esforço coletivo pela implementação da referida lei, e de Pedro Fernandes, assistente social disse que, como PCD, sente a falta de formação continuada. Yuri disse que já havia mais de 500 participações pela plataforma E-Democracia e também Youtube. Chamou então a última inscrita, Sra. Simone Almeida, Superintendente de gestão do SUAS, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, que de forma remota, agradeceu a oportunidade de fala e destacou que o secretário Fernando Araújo tem sido importante no diálogo com o

Y-M:

Estado nas questões dos benefícios às vítimas da tragédia. Esclareceu que quase nada precisaria mais falar, mas que ratifica tudo que foi dito e ressalta que o assistente social no espaço escolar poderá contribuir nas relações com alunos, entendendo os motivos da evasão, da falta de interesse e poderá garantir a matrícula de crianças e adolescentes que estão fora da escola e também os encaminhamentos para a Rede pública, para que algumas situações sejam superadas ou minimizada. Frisou que o assistente social com sua qualificação vai trazer uma capacidade de compreensão dessa realidade social, poderá dialogar e trazer para essa escola experiências de vida das famílias de onde essa escola está inserida e também poderá contribuir para um planejamento mais consequente dessas unidades escolares. Destacou que é preciso definir que metodologia e quais os instrumentos o profissional irá usar. Ressaltou que este profissional não poderá atuar, por exemplo, da mesma forma que no CRAS, por isso quando chegar na escola precisa saber exatamente o que fazer. Enfatizou que é preciso pensar na informatização e padronização das informações para que se tenha dados concretos para quando for dialogar com a Rede Pública. Acredita que esse profissional vai contribuir para diminuir situações como a evasão escolar e para o ingresso e reingresso do aluno e que é necessário parcerias para garantir esse atendimento integral. Disse que concorda com o concurso público e o plano de carreiras, cargos e salários e que no Estado também existe a precarização do serviço, com a maioria de cargos comissionados e que também estão na luta por uma melhor estrutura. Terminou agradecendo e se colocando à disposição. O vereador Yuri Moura agradeceu a participação de Simone e em seguida leu os seguintes encaminhamentos definidos na audiência: regulamentação da lei através de um grupo de trabalho; que na regulamentação sejam definidos a metodologia, os instrumentos; que se tenha as notas técnicas e as explicações dos conselhos profissionais; pensar numa gestão integrada junto com outros setores públicos como SUS e SUAS; levar em conta práticas que possam ser colocadas na Rede, como o PRONAPE; pensar os efeitos da pandemia e as particularidades de Petrópolis; fazer a discussão do concurso público e garantir que esses cargos já estarão no PCCS do Município; incluir a precisão orçamentária na LOA; incluir na reforma administrativa a avaliação de como enquadrar o Núcleo de Psicologia; articular com outros programas, como EJA e outras modalidades da Educação; levar essa discussão ao Conselho Municipal de Educação (COMED). Não tendo nenhuma inscrição de fala do plenário, passou para as considerações finais. Sr. Fernando Araújo sugeriu levar a discussão também para o Conselho Municipal de



Assistência Social (CMAS) e agradeceu a participação e destacou que a secretaria de assistência social tem o compromisso de trabalhar a intersetorialidade na gestão municipal. Em seguida Sr. Marinaldo ressaltou que não se pode esquecer do FUNDEB, mas que não sabe como inserir na lei orçamentária. O vereador Yuri Moura, a partir da provocação do Sr. Marinaldo, sugeriu também dialogar com o setor de controle social do FUNDEB. Em resposta ao Sr. Marinaldo, a Sra. Adriana de Paula informou que o pagamento dessas funções existe conforme resolução 30 do FUNDEB, mas que não está dissociado da discussão orçamentária. Sobre o que foi discutido na audiência, ela apontou a importância de acabar com a precarização através do concurso público, destacou a importância do trabalho multiprofissional e que a escola é o espaço de todos e ter esses profissionais será fundamental. A Sra. Rosane informou que estava acompanhando pelo celular as interações na plataforma e que percebeu que repercutiu positivamente e acredita que é com a participação de todos que vamos avançar nesse tema. Acredita que essa lei será um marco da Educação em Petrópolis, que os profissionais precisam estar sempre se qualificando porque são os responsáveis pelo forte vínculo com as famílias. Finalizou agradecendo a contribuição de todos e acredita que a Escola Acolhedora acontecerá. O vereador Yuri Moura afirmou o compromisso em efetivar os encaminhamentos em cumprimento com todas as instituições profissionais e que esse debate sobre políticas públicas tem que chegar até os cidadãos. O vereador Yuri Moura agradeceu e declarou encerrada a referida Audiência Pública.



VEREADOR YURI MOURA